

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, FINANÇAS E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 3.344/2022 - “Altera a LDO que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023”

RELATÓRIO

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça, Finanças e Redação Final, Vereadores Paulo Henrique Chiste da Silva, Tiago Bazolli de Moraes e Francisco Carlos Maciel, reuniram-se, em atendimento aos dispositivos regimentais, para elaboração do competente parecer em relação ao **Projeto de Lei n.º 3.344/2022, de autoria do Prefeito Municipal, que “Altera a LDO que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023”.**

Em síntese, o referido projeto tem por objetivo, consoante art. Primeiro, promover alteração das Metas Fiscais constantes da lei n.º 3.043/2022, (LDO – Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências), conforme o seguinte anexo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO/MG - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

Page 1 of 1

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	VL. Corrente (a)	VL. Corrente (b)	% PIB (a/PIB) (c)	% RCL (a/RCL) (d)	VL. Corrente (a)	VL. Corrente (b)	% PIB (a/PIB) (c)	% RCL (a/RCL) (d)	VL. Corrente (a)	VL. Corrente (b)	% PIB (a/PIB) (c)	% RCL (a/RCL) (d)
Receita Total	133.819.990,00	129.122.869,72	0,01639	115,25200	137.968.368,45	133.691.349,81	0,01660	106,69350	142.107.419,30	137.844.196,92	0,01766	95,34210
Receitas Primárias (I)	131.509.620,00	126.937.526,34	0,01610	113,31390	135.648.278,22	131.443.187,69	0,01630	104,30940	139.717.326,56	135.526.194,78	0,01670	97,67100
Receitas Primárias Correntes	125.960.679,00	121.579.420,44	0,01540	108,48320	129.865.450,77	125.839.621,89	0,01560	99,86260	133.761.414,23	129.348.571,87	0,01600	93,50700
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.415.000,00	15.858.833,34	0,00000	14,13548	16.923.865,09	16.399.225,11	0,00200	13,81390	17.431.580,95	16.908.833,52	0,00210	12,18580
Contribuições	5.629.000,00	5.238.442,99	0,00070	4,67570	5.597.299,00	5.423.782,71	0,00070	4,30420	5.765.237,97	5.592.261,43	0,00070	4,86090
Transferências Correntes	91.755.000,00	88.534.399,56	0,01120	79,82370	94.599.489,00	91.666.823,44	0,01140	72,74410	97.637.387,15	94.514.365,54	0,01180	48,11490
Despesas Primárias Correntes	12.361.670,00	11.927.775,34	0,00150	10,66640	12.744.881,77	12.340.790,44	0,00150	9,80940	13.127.228,22	12.735.411,36	0,00160	9,17680
Receitas Primárias de Capital	5.608.950,00	5.412.075,86	0,00070	4,83070	5.782.827,45	5.603.569,69	0,00070	4,46680	5.956.312,27	5.777.622,81	0,00070	4,16380
Despesa Total	133.819.990,00	129.122.869,72	0,01630	115,25200	137.968.368,45	133.691.349,81	0,01660	106,69350	142.107.419,30	137.844.196,92	0,01766	95,34210
Despesas Primárias (II)	133.723.642,00	128.074.691,21	0,01620	114,31640	136.848.384,96	132.666.983,02	0,01640	105,23230	140.953.836,51	136.725.321,42	0,01700	99,34210
Despesas Primárias Correntes	105.967.839,22	100.317.796,12	0,01230	89,54130	107.190.017,43	103.867.126,59	0,01240	82,43590	110.405.717,96	107.093.346,42	0,01310	77,18060
Pessoal e Encargos Sociais	54.683.492,50	52.764.199,45	0,00670	47,09610	56.378.784,98	54.631.942,65	0,00680	43,33160	58.070.148,53	56.328.844,07	0,00690	40,59470
Outras Despesas Correntes	49.283.445,65	47.553.596,39	0,00660	42,44520	49.811.232,45	49.236.886,22	0,00660	39,07230	52.335.569,43	50.765.502,35	0,00630	36,88900
Despesas Primárias de Capital	28.756.002,66	27.756.893,09	0,00350	24,77510	29.658.367,53	28.738.958,11	0,00360	22,86640	30.548.118,55	29.631.675,08	0,00360	21,35310
Pagamento de Restos a Pagar de Despesa Primárias	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.164.022,00	-1.125.164,89	-0,00010	-1,80250	-1.200.106,74	-1.162.903,41	-0,00020	-0,92290	-1.236.199,95	-1.199.026,64	0,00000	-0,86410
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativas (IV)	2.241.330,00	2.162.659,32	0,00010	1,93030	2.310.811,23	2.239.376,00	0,00010	1,76980	2.380.135,57	2.308.731,50	0,00010	1,66390
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	505.000,00	487.234,50	0,00010	0,41480	520.655,00	504.514,79	0,00010	0,40640	536.274,65	520.186,61	0,00010	0,37490
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	572.307,94	552.219,93	0,00010	0,49290	590.049,49	571.757,81	0,00010	0,45560	607.750,97	589.518,45	0,00010	0,42490
Dívida Pública Consolidada	4.067.575,84	3.924.893,97	0,00030	3,59320	4.195.676,69	4.043.666,99	0,00030	3,22480	4.319.480,81	4.189.896,39	0,00030	3,01960
Dívida Consolidada Líquida	-11.332.424,16	-11.513.596,07	-0,00150	-10,76800	-12.382.329,51	-11.920.857,10	-0,00150	-9,46910	-12.671.399,19	-12.291.257,21	-0,00150	-4,85010
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Impacto da saída das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000

É o relatório.

DA ANÁLISE E CONCLUSÃO

Preambularmente, é bom enaltecer que a elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”.

Neste contexto, é oportuno enaltecer que, no projeto de lei em análise, não foram detectadas inconsistências de redação, não havendo, portanto, vícios quanto à técnica legislativa utilizada. O texto é coerente e objetivo, atendendo aos parâmetros redacionais exigidos.

De igual modo, não existe vício de iniciativa, visto que o Poder Executivo exerceu o direito constitucional de iniciativa.

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 11, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

Do plano de fundo, o Projeto de Lei visa receber autorização legislativa para que o executivo municipal proceda na alteração da LDO 2023, o que é perfeitamente possível e, conforme justificativa, necessário para fins de alteração de algumas ações e seus valores e de algumas metas previstas na LDO, adequando receitas pelas previsões atuais e as despesas aos programas definidos no PPA.

ISTO POSTO, feitas estas considerações e atendidas as disposições legais, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.344/2022, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Sala das Sessões, Vereador Antônio Olinto Alves, em
04 de novembro de 2022.

**Francisco Carlos
Maciel**
Presidente

**Paulo Henrique Chiste
da Silva**
Vice-presidente

**Tiago Bazolli de
Moraes**
Relator